

**DECRETO N. 9.286 - DE 17 DE DEZEMBRO DE 1976**

Altera os artigos 3º e 6º do Decreto nº. 52.543 (\*), de 15 de outubro de 1970  
Paulo Egydio Martins, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e  
com fundamento no artigo 89 da Lei nº. 9.717 (\*), de 30 de janeiro de 1967:

**Decreta:**

**Art. 1º** - O artigo 3º do Decreto nº 52.543, de 15 de outubro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - Os programas do Centro serão desenvolvidos em harmonia com os executados pela CETESB - Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Controle da Poluição do Meio-Ambiente".

**Art. 2º** - O artigo 6º do Decreto nº 52.543, de 15 de outubro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º - A direção do Centro Tecnológico de Hidráulica, exercida, em comissão e diretamente subordinada à Superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica, será confiada a Professor Titular do Departamento de Engenharia Hidráulica, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, assistido por uma Junta Técnica Consultiva, assim constituída:

I - 1 (um) membro indicado, de comum acordo, pelas Centrais Elétricas de São Paulo S/ A, CESP e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP;

II - 1 (um) representante da Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Controle de Poluição do Meio-Ambiente - CETESB ;

**III - 1 (um) representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE;**

IV - 1 (um) representante da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo;

V - 1 (um) representante da Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia.

§ 1º - O Diretor do Centro será escolhido pelo Superintendente do DAEE e por este nomeado através de indicação constante de lista tríplice elaborada pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

§ 2º - A nomeação dos membros da Junta Técnica Consultiva será feita pelo Secretário de Obras e do Meio-Ambiente, mediante listas tríplex fornecidas pelas respectivas entidades.

§ 3º -Será de 4 (quatro) anos o mandato dos integrantes da Junta permitida a recondução, havendo renovação pela metade cada 2 (dois) anos".

**Art. 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Paulo Egydio Martins** - Governador do Estado.